



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 009

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 24 DE MARÇO DE 2003

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

NATÁLIO STICA

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Ângelo Vanhoni
Líder da Oposição	Durval Amaral
PTB	Valdir Rossoni
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PPB	Duílio Genari
PT	Luciana Rafagnin
PDT	Neivo Beraldin
PSL	Luiz Carlos Martins
PL	Chico Noroeste
PPS	Waldir Leite
PSB	Ratinho Júnior
PSC	Mauro Moraes

Representação Partidária

PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PMDB - 08: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Nereu Moura; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães - Rafael Greca; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - José Maria Ferreira - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho - Vanderlei Iensen; PSDB - 05: Ademar Traiano - Ailton Araújo - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck (em licença); PPB - 4: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 05: Carlos Simões - Jocelito Canto - Luiz Accorsi - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PSC - 01: Mauro Moraes.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 009ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
24 DE MARÇO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Dobrandino da Silva e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Fica alterada a alínea “a” do inciso VII, do artigo 101, da Constituição Estadual, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 101 - ...

VII -

a) nos crimes comuns e de responsabilidade, os deputados estaduais, os juízes dos Tribunais de Alçada e os Juízes de Direito e os juízes substitutos, os secretários de Estado, os membros do Ministério Público e os prefeitos municipais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e, nos crimes comuns, o vice-governador do Estado, ainda que o inquérito ou ação penal sejam iniciados após a cessação daquele exercício.”

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) GERALDO CARTÁRIO

Apoiamento:

Jocelito Canto, Delegado Bradock, Duílio Genari, Cida Borghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Accorsi, Fernando Ribas Carli, Luiz Fernandes da Silva Litro, Elio Rusch, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Marcos Isfer, Dobrandino da Silva, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Artagão Júnior, Barbosa Neto e 01 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

As súmulas 394 e 451 do STF, estabelecia o foro privilegiado perante o Tribunal de Justiça, a competência para julgar os ex-prefeitos, por força de interpretação extensiva do artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal, repetido no artigo 101, VII, “a” da Constituição do Estado do Paraná.

Essa competência *ratione personae*, prerrogativa de função, pressupõe que a infração penal tenha sido praticada durante o exercício do mandato. A súmula 394, delimitava que “cometido o crime durante o exercício funcional, prevalece a competência por prerrogativa de função, ainda que o inquérito ou ação penal sejam iniciados após cessação daquele exercício”.

Com a revogação da Súmula 394 do STF, o processo de julgamento da ex-autoridade retorna à 1ª Instância quando do término do mandato. Este procedimento, por certo trará inúmeros transtornos as ex-autoridades, pois o processo será decidido no foro onde em regra seu sucessor e adversário político, saindo do calor de uma disputa política, procura de todas as formas influir direta ou indiretamente em sua condenação. As seqüelas de uma disputa eleitoral e as vendetas políticas, orientam no sentido de tornar o Tribunal de Justiça, o órgão judicial mais adequado para uma decisão imparcial.

Portanto, faz-se necessário restabelecer o foro privilegiado da ex-autoridade, desta feita, por dispositivo inserido na Constituição do Estado do Paraná, não necessitando mais da interpretação extensiva pelo STF do artigo 29, inciso VII, da CF.

Por uma questão de isonomia, deve-se estender o benefício às demais autoridades prevista no artigo 101, VII, letra “a” da Constituição Estadual.

Requerimentos:**REQUERIMENTO Nº 422**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07 da Ordem do Dia de hoje (24.03.2003).

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

REQUERIMENTO Nº 428

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente Sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 402

Senhor Presidente:

Venho através deste, informar V. Exa. que estarei ausente da Sessão Plenária do dia 24 do mês corrente, por motivo de viagem à cidade de Brasília, para tratar de assuntos de interesse desse Poder Legislativo, junto ao Senado Federal.

Na certeza de poder contar com sua atenção, anticipo os meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 418

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhora Maria Aparecida Soares, ocorrido na data de 17 de Março, no município de Telêmaco Borba.

Requer, também envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 419

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da senhor Geremias Iensen, ocorrido na data de 12 de Março, nos Estados Unidos da América.

Requer, também envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

Apoioamento:

Vanderlei Iensen.

REQUERIMENTO Nº 405

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente Sessão, voto de congratulações ao médico Dr. Jamil Haddad, Ministro da Saúde nos anos de 1992 e 1993, pela posse como diretor geral do Instituto Nacional do Câncer - Inca, o principal órgão federal de controle do câncer.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

Com vasta experiência na área de saúde pública, Jamil Haddad, 76 anos, começou sua carreira como médico em 1949, tendo se formado pela Universidade do Brasil. Despontou na política em 1962, quando foi eleito deputado estadual. Em 1968 teve o mandato cassado pelo AI 5. Em 1982, foi eleito suplente de senador e assumiu a Prefeitura do Rio de 1983.

Como senador, de 1985 a 1990, apresentou cerca de 500 sugestões ao texto constituinte, das quais mais de 100 foram incorporadas. Atuou como Ministro da Saúde e foi autor do decreto que introduziu a política de medicamentos genéricos no país. De 1991 a 1994 atuou como deputado federal pelo PSB.

O Dr. Jamil Haddad personifica o que há de melhor no extenso leque de valores do povo brasileiro. Serviu, ao longo de toda a sua vida, como exemplo aos jovens que ingressam na política, honrou o exercício das inúmeras funções executivas que assumiu e prossegue agora, aos 76 anos de idade, no seu bom combate, frente a um dos mais importantes órgãos de saúde do Brasil.

Parabéns, Dr Jamil Haddad! Receba, em nome dos paranaenses, nosso votos de congratulações e sucesso na nova missão.

REQUERIMENTO Nº 412

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao Instituto Londrinense de Crianças Excepcionais - Ilece, por seus 43 anos de fundação e pelos relevantes serviços prestados a comunidade londrinense.

Requer, ainda o envio de correspondência da referida homenagem, dirigida ao presidente do Ilece, Sr. Brás Rodrigues Neto, e a diretora, Sra. Luciane Eiras Papi.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 413

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações a empresa Transportes Coletivos Grande Londrina Ltda, pelo início das operações da Gol Linhas Aéreas Inteligentes na cidade de Londrina, sendo que esta conquista era uma antiga reivindicação dos Londrinenses

Requer, ainda o envio de correspondência da referida homenagem, dirigida ao gerente geral Sr. Gidalmo Mendonça e ao diretor, Sr. Paulo Sérgio Bongiovani.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 414

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações, à Comissão Técnica, jogadores e toda Diretoria do Londrina Esporte Clube, pela conquista da vaga na Copa do Brasil do ano que vem.

Requer, ainda o envio de correspondência aos referidos homenageados, dirigida ao presidente do Londrina Esporte Clube, Sr. Osvaldo Cestário Filho (Av. J. Casoni, 1900 - Londrina - PR).

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 423

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Reserva pelo transcurso de seus 82 anos de emancipação política, no próximo dia 26 de março/2003.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Carlos Mario Justus Martins, prefeito municipal, ao vice-prefeito, Sr. Eugenio Szeremeta, bem como a todos os senhores vereadores, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná recebam e cumprimentem a laboriosa população de Reserva.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Através desta proposição, queremos levar a toda a população de Reserva nosso abraço de felicitações na magna data da comemoração dos 82 anos de sua emancipação política.

Nada mais confortante para o nosso espírito cívico e a nossa fé no Paraná, que saudar efusivamente o município de Reserva pela passagem de mais um aniversário de fundação cujos administradores de todos os tempos foram e são capazes de encarar a confiança da população

com a invencível segurança transmitida por uma longa e gloriosa tradição de serviços prestados.

Uma confiança temperada por inúmeras experiências, em que os homens e as mulheres que dão vida a administração municipal, puderam e podem testar com sucesso sua capacidade de resolver os problemas e vencer os desafios colocados por um município em permanente transformação.

Acreditamos que a fidelidade, o companheirismo, a gratidão, o reconhecimento e o sentimento de grandeza nos momentos de crises e tensões, fazem parte da arte da ciência política, colaborando de forma imprescindível para o completo desenvolvimento do município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste parlamentar, cumpre o dever de associar-se às homenagens ora prestadas ao município de Reserva na significativa data da comemoração de seus 82 anos de emancipação politicamente organizada.

REQUERIMENTO Nº 424

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Coritiba Foot Ball Club, pela conquista do 31º Campeonato Paranaense de Futebol.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao senhor Giovanni Gionédís, presidente do Coritiba Foot Ball Club, para que receba e transmita a todos os companheiros de diretoria e associados o reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) ANTONIO ANIBELLI

Apoioamento:

Rafael Greca.

JUSTIFICATIVA:

A história da conquista do título de campeão paranaense invicto, em 23 de março último, na presença de um público de mais de 50 mil torcedores, inscreve-se como uma das mais belas façanhas do esporte paranaense em todos os tempos. O Coritiba alcança assim um dos pontos mais altos em sua longa e vitoriosa trajetória, para orgulho da imensa legião de torcedores e para glória dos que, servindo as cores do clube, contribuíram para o êxito da grande empreitada.

Atletas, dirigentes, funcionários e torcedores colhem, com justiça, os frutos do trabalho realizado com seriedade, e neste sentido fornecem os melhores exemplos de que a organização e o planejamento conduzem a bons resultados. Apostando nos atletas forjados nas divisões inferiores do próprio clube, mas mesclando a sabedoria da juventude com a experiência de alguns jogadores veteranos, o Coritiba chegou ao seu triunfo que, de certo modo, já era dado como natural por todos aqueles que acompanham o andamento do futebol paranaense. Um

título mais que merecido, valorizado ainda mais pela performance da equipe rival, o Paranavaí, que chegou também de forma invicta às finais do certame. Prevaleceu, então, a técnica superior e a garra característica da equipe da Capital.

Vai o nosso aplauso à família coritibana. Que a glória alcançada reforce o ânimo de todos rumo a novas e ainda mas notáveis conquistas!

REQUERIMENTO Nº 425

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização a Gol Transportes Aéreos, pelo início das operações em Londrina, contribuindo com o desenvolvimento da região.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente a Rua Messias Wilmar de Souza, 756 - Vila Recreio - CEP: 86025-780 - Londrina-PR.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 426

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de parabenização ao prefeito municipal de Londrina, Nedson Micheletti e ao deputado federal Paulo Bernardes, por serem responsáveis pelo início das operações da Gol Transportes Aéreos em Londrina, contribuindo com o desenvolvimento da região.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário seja enviado expediente a Prefeitura Municipal de Londrina, Av. Duque de Caxias, 653 - Centro - CEP: 86015-911 - Londrina-PR, e cópia para Câmara Federal - Praça dos Três Poderes - CEP: 70160-900 - Brasília-DF.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

REQUERIMENTO Nº 408

Senhor Presidente:

A deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, Waldyr Pugliesi, solicitando providências para o recapeamento asfáltico da Rodovia João Rocha Loures, que liga Londrina ao Distrito de Maravilha.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o artigo 132 do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

Reiterando a solicitação da Câmara Municipal de Londrina, solicitamos a análise de V. Exa. e possível intervenção quanto à viabilidade do atendimento.

Ressaltamos que se trata de importante via de escoamento da produção de grãos, frutas, pecuária granjeira e leiteira, de circulação de transporte escolar e de acesso à áreas de turismo rural, especialmente com a implantação do Parque Ecológico de Preservação Florestal e diversos pesque-pagues, restaurantes e chácaras de lazer.

REQUERIMENTO Nº 410

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador do Estado, solicitando a permanência do delegado Dr. José Aparecido Jacovós, na comarca de Bela Vista do Paraíso.

O presente requerimento deve-se pela importância que a comarca de Bela Vista do Paraíso tem para a região e também pelo trabalho que o Dr. José Aparecido Jacovós estava desempenhando brilhantemente, adquirindo respeito, confiança e admiração por parte da população belavistense.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 411

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Cohapar, solicitando agilizar o asfaltamento das ruas do Conjunto Habitacional Sussumu Assanuma, no município de Uraí.

O presente requerimento deve-se pela situação que se encontram as ruas do conjunto, estando os moradores com acesso e tráfego em condições precárias.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 415

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário estadual da Segurança Pública, solicitando providências para que sejam estabelecidos critérios que levem em consideração a ficha funcional dos policiais civis na questão das remoções.

O presente requerimento deve-se à questão de que muitos policiais civis terem sido removidos contra a sua vontade, apesar de terem ficha sem nenhuma punição.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 416

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao secretário esta-

dual da Segurança Pública, para que seja solucionada a questão das viaturas do 5º BPM - Londrina.

O presente requerimento deve-se pela situação precária em que se encontram as 27 viaturas do 5º BPM - Londrina, as quais estão fora de uso por falta de condições.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 417

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao governador do Estado, solicitando a volta da Unidade de Distribuição da Copel, inclusive com estrutura técnica e administrativa, ao município de Santo Antonio da Platina.

O presente requerimento deve-se pela importância que o município de Santo Antonio da Platina representa para o Norte Pioneiro, consolidando-se como pólo regional.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 427

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma regimental e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito do concurso público realizado pelo ParanaPrevidência:

- datas de todos os concursos públicos realizados nos últimos dois anos;
- relacionar todos os cargos e números de vagas para cada concurso realizado nos últimos dois anos;
- se algum dos concursos foi suspenso por decisão judicial;
- em caso afirmativo no item anterior, indicar o concurso suspenso e as razões da suspensão.
- no caso de concurso suspenso, indicar o autor da ação e anexar cópia da petição inicial, bem como da decisão judicial;
- ainda no caso de suspensão, indicar as medidas que deveriam ser tomadas pelo ParanaPrevidência e quais já foram tomadas;
- se há previsão para realização das próximas fases do concurso;
- em caso de suspensão do concurso em definitivo, os candidatos serão ressarcidos dos valores referentes à taxa de inscrição? De que forma?

Anexar cópia de todos os editais de concursos públicos realizados nos últimos dois anos.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

São inúmeras as consultas que têm sido feitas ao nosso gabinete sobre concurso público promovido pelo

ParanaPrevidência e que teria sido suspenso por decisão judicial.

Os candidatos não têm recebido as informações a respeito da real situação do mencionado concurso. Mesmo muitos daqueles que foram aprovados entre aqueles que teoricamente poderiam ser aproveitados não estão certos das informações que recebem. Essas são as razões que nos levam a solicitar as informações supra a serem prestadas pelos dirigentes do ParanaPrevidência.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do deputado estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

REQUERIMENTO Nº 409

Senhor Presidente:

O deputado subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, no sentido de atender o pedido da Sra. Aparecida de Castro Maria, residente à Rua Duarte da Costa, nº 1.019 - Bairro Jardim Bela Vista, que pede a implantação de rede de esgoto na rua em que reside, tendo em vista os moradores locais estarem desprovidos de tal benefício.

Se necessário informações complementares, recomendamos contato com a requerente pelo telefone 3034-1681.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 132/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - É declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação O Bom Samaritano, com sede no município de Paranavaí - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação O Bom Samaritano de Paranavaí é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 22 de janeiro de 1976, declarada de Utilidade Pública Muni-

pal conforme Lei nº 1.396/90, com sede na Rua Antonio Felipe, nº 1012, no centro da cidade de Paranavaí-Paraná.

Trata-se de entidade que tem por finalidade a prestação de assistência social e filantropia aos menos favorecidos. A associação atua principalmente abrangendo uma região denominada Popular e Coloninha do Jardim São Jorge em Paranavaí.

Dentre as ações realizadas pela associação, destaca-se o combate à fonte e a subnutrição, além de promover assistência espiritual e psicológica; promover palestras preventivas no combate às drogas; incentivar a prática de esportes; realizar atividades em parceria com profissionais de saúde em ações preventivas; campanhas de vacinação e doação de sangue; e também participar em campanhas de combate ao analfabetismo.

Tendo em vista o trabalho desenvolvido por esta associação junto à população do município de Paranavaí, observamos a relevância social e o reconhecimento da população do Paraná, que necessita contar com a continuidade dos benefícios.

Assim sendo, entendemos que ela faz jus ao título de Utilidade Pública, como reconhecimento aos bons serviços prestados à população.

PROJETO DE LEI Nº 133/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam as empresas concessionárias dos serviços de energia elétrica obrigadas a reduzirem a tarifa dos domicílios que tenham entre seus membros residentes, usuários de oxigenoterapia domiciliar.

§ 1º - A redução de tarifa a que se refere o *caput* do artigo 1º será efetivada até o valor referente a média do consumo dos três meses imediatamente anteriores ao início da oxigenoterapia.

§ 2º - O cadastro dos domicílios a serem beneficiados pela presente lei será fornecido mensalmente pela Secretaria de Estado da Saúde à concessionária de energia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

JUSTIFICATIVA:

A insuficiência respiratória crônica é causa de grande sofrimento para adultos e crianças, quando acometidas deste mal as pessoas não têm capacidade pulmonar para satisfazer às necessidades orgânicas de oxigênio nas condições ambientais normais. Daí resulta um grande desconforto cotidiano, como distúrbios do sono, perda de memória, indisposição geral, falta de ar e incapacidade de realização de tarefas físicas, às vezes as mais elemen-

tares, como por exemplo, manter-se em pé ou tomar banho.

Além disso, a falta continuada de oxigênio em níveis adequados na corrente sanguínea, submete os rins, o coração e o cérebro a sobrecarga e desgastes. O doente sobrevive em precário equilíbrio, que se rompe mediante qualquer sinal de agressão. Disto decorre o imediato e freqüente internamento do doente o que, além de acrescentar sofrimento extra ao mesmo e aos seus familiares, sobrecarrega e onera o Sistema Único de Saúde com internamentos que poderiam ser evitados e que se inscrevem, em termos de custos, entre os mais caros.

Procurando realizar um atendimento correto e cientificamente atualizado aos portadores de insuficiência respiratória crônica, muitos serviços públicos de saúde, dentre eles a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, implantaram programas de oxigenoterapia familiar. Consistem na locação de aparelhos de oxigenoterapia que são disponibilizados para os domicílios dos doentes, mediante a inscrição e cadastramento dos mesmos, que passam a ser assistidos conforme um protocolo de saúde especializado para tratamento da insuficiência respiratória crônica. Com isso esses doentes melhoram muito sua qualidade de vida pela diminuição do sofrimento, tem diminuída sua necessidade de internamento e aumentada sua expectativa de vida.

O programa tem sido de grande sucesso, mas enfrenta uma dificuldade que, a vigir a lei cuja proposta é aqui apresentada, será totalmente superada. Ocorre que o aparelho concentrador de oxigênio deve ser usado 24 horas por dia e, para isso, depende de estar ligado sem interrupção à corrente elétrica. Em função deste consumo extra de energia elétrica, verifica-se o aumento da despesa familiar com a tarifa em 50 a 70% dos valores antes dispendidos.

Estes aumentos, lamentavelmente, são a causa do desligamento parcial do aparelho concentrador de oxigênio ou do abandono de seu uso, o que acaba por anular todos os expressivos benefícios do tratamento. Por isso, é fundamental a isenção da tarifa no que se refere a esta faixa do consumo domiciliar como apregoa o presente projeto.

Muito embora o alcance humanitário e o grande benefício social que a iniciativa pode garantir, se aprovada, seus custos estão longe de ter significado financeiro expressivo para a concessionária de energia. No Rio Grande do Sul, são 300 os doentes inscritos no programa, em Santa Catarina, 350 e em Curitiba 80 doentes.

PROJETO DE LEI Nº 134/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam instituídas 04 (quatro) divisões do Cope com jurisdição a saber:

I - Curitiba e Região Metropolitana, compreenderão a 1ª Divisão;

II - Londrina e Regiões Norte, Noroeste, compreenderão a 2ª Divisão;

III - Cascavel, Regiões Oeste e Sudoeste, compreenderão a 3ª Divisão;

IV - Guarapuava e Regiões Central e Sul, compreenderão a 4ª Divisão.

Art. 2º - As divisões serão autônomas e deverão atuar em sua jurisdição com todos os meios necessários a persecução e finalidades já especificadas nas funções do Cope, sendo todas subordinadas ao delegado geral da Polícia Civil.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

É notório o crescimento da violência e da criminalidade em todos os pontos do nosso estado.

Lamentavelmente o crime organizado possui raízes profundas e difíceis de serem localizadas e extirpadas.

O homicídio do deputado Tiago Amorin, os homicídios de mais de 19 mulheres na região de Almirante Tamandaré, e outros casos como estes, necessitam de uma atuação decisiva e atenta do Cope.

Tanto é verdade que nestes dois casos, foram designados profissionais para atuarem à distância, longe do local dos fatos e do crime.

Em Londrina e região, a escalada da violência e do crime organizado também assombra a população.

Por estas razões, mais do que nunca se fazem necessárias quatro divisões para o Cope, onde mais próximo do local dos fatos, princípio básico da persecução criminal, a Polícia Judiciária poderá finalmente dar a sua contraprestação à sociedade.

PROJETO DE LEI Nº 135/2003

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional - Soame de Rolândia, com sede e foro no município de Rolândia.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional - Soame de Rolândia, com sede e foro no município de Rolândia, tem por finalidade apoiar e desenvolver ações para a defesa, elevação e manutenção da qualidade de

vida do ser humano, através das atividades de educação profissional, especial e ambiental.

Por essas e outras razões, que só enaltecem o papel da Sociedade Ambiental, Cultural e Educacional - Soame de Rolândia, esperamos o apoio dos nobres deputados para a aprovação da matéria.

PROJETO DE LEI Nº 136/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O Poder Executivo preferencialmente adotará o sistema operacional aberto para a execução de programas de computador destinados ao uso de facilidades e a prestação de serviços públicos por meio eletrônico, nos termos da lei.

Art. 2º - O Poder Executivo, no desenvolvimento, contratação, distribuição de programas de computador a serem fornecidos para instalação em computador de terceiros, destinados a oferta de facilidades ou a prestação de serviços públicos, deverá assegurar a disponibilidade de versão executável em sistema aberto de distribuição livre.

§ 1º - Serão igualmente ofertadas versões compatíveis com os sistemas operacionais e plataformas de maior adoção no mercado, de modo a garantir ampla disseminação das facilidades e serviços.

§ 2º - A oferta dos programas de computador de que trata esta lei será obrigatoriamente gratuita.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A informática vem sendo adotada, na última década, como uma poderosa ferramenta para que o cidadão possa ter acesso a recursos e serviços públicos com maior eficácia. O Brasil tem estado entre os países que mais avançam nessa área e vários projetos, tais como a declaração de Imposto de Renda por computador e o governo eletrônico (e-gov) têm resultado em ampla adoção pelo cidadão.

Muitas dessas aplicações dependem da instalação de aplicativos no computador do usuário e, nesses casos, os governos têm privilegiado a plataforma Windows, que de fato está instalada em cerca de 90% dos equipamentos usados no País.

No entanto, os detentores de sistema têm sido indigados, em mais de uma oportunidade, por exercer práticas monopolistas.

É inadmissível, portanto, que os governos, no fornecimento desses programas, ofereça unicamente versões para o mencionado sistema, reforçando um monopólio que em outras instâncias vem sendo seguidamente denunciado.

Este projeto pretende orientar o governo estadual na oferta de aplicativos destinados a execução nos equipamentos dos usuários, determinando que estes sejam desenvolvidos para mais de uma plataforma, exigindo, especificamente, que um dos sistemas adotados seja aberto e de livre distribuição.

Ao contrário que se possa pensar, tal exigência representa um aumento de gastos moderado. Parte dos custos de desenvolvimento de programas de computador concentra-se em atividades de concepção, desenho, documentação e teste dessas soluções, sendo compartilhado por todas as versões desenvolvidas. Apenas a codificação propriamente dita e a criação de rotinas especiais são duplicadas, representando, em projetos bem administrados, aumentos apenas parciais de custos.

Os ganhos sociais, comerciais e éticos seriam, por outro lado, enormes, decorrentes da diversificação de sistemas usados pelo público, da existência de opção executável em sistemas de distribuição gratuita, a exemplo do Linux, reduzindo a pirataria.

Em vista da relevância da matéria, pedimos aos ilustres pares o apoio à iniciativa, essencial para a sua aprovação.

PROJETO DE LEI Nº 137/2003

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Encontro Gospel do Paraná, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 24.03.2003.

(a) EDSON PRACZYK

JUSTIFICATIVA:

A Associação Encontro Gospel do Paraná, é uma entidade jurídica de direito privado, de caráter benéfico, educativo, filantrópico, cultural e de assistência social, sem fins lucrativos, tendo como principais objetivos a prática da assistência social aos menos favorecidos e aos necessitados, dar assistência a escolas no âmbito educacional, orfanatos, creches, escolas de artes, grêmios recreativos, eventos musicais, educacionais, assistenciais e de recreação.

Com este projeto de lei, buscaremos de forma positiva, auxiliar essa instituição a proceder à ampliação de suas atividades, através de forma legal junto aos órgãos públicos, já que tem suficiente e méritos semelhantes.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Convido o senhor deputado Hermes da Fonseca, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. HERMES DA FONSECA

Senhoras deputados e senhores deputados.

O novo século apresenta o grande desafio de discutir a utilização racional e sustentável dos recursos naturais. Quero fazer o uso da palavra em menção ao Dia Mundial da Água, dia 22 de março e também ao Ano Internacional da Água, proposto pela ONU. Gostaria de apresentar para este Plenário, alguns dados sobre este assunto.

Pelas contas de especialistas, mais de 95% da água do planeta é impróprio para o consumo humano, sendo água salgada. Do restante, mais de 4% estão em geleiras ou regiões de difícil acesso. Sobrando apenas, menos de 1% de água potável para o consumo humano. Deste menos de 1%, o Brasil é o país que maior concentra reservas hídricas potáveis.

A abundância deste valioso recurso natural no país, causa uma falsa impressão de ser inesgotável. mas a distribuição da água potável em relação a população não é sustentável. Ou seja, 80% deste recurso natural, a água, está na Amazônia, onde vivem apenas 5% da população brasileira. E nos grandes centros urbanos, a perspectiva é de esgotamento das reservas para abastecimento nos próximos 10 ou 20 anos.

Assim, muitos especialistas apontam que o grande desafio deste novo século, é falta de água potável para a maioria da população mundial. Conforme dados do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, 21 nações já sofrem com a falta de água. Estudos mostram que em 2025, dois terços da população mundial estarão submetidos a problemas crônicos de falta de água potável, correspondendo a cerca de 2,8 bilhões de pessoas. Incluindo nestes dados regiões do Brasil, como o Nordeste.

O cenário que se desenha é de que a água pode vir a ser o que acontece hoje com o petróleo: alvo de disputa entre as nações. E neste cenário, em que a diplomacia perdeu e venceu a guerra, é preocupante a situação da água potável no planeta. Observamos a guerra do Iraque que mostrou um mundo vulnerável. Ficamos todos impotentes diante da supremacia norte-americana e sua atitude unilateral. Todos sabemos que esta guerra está sendo motivada pelo controle das reservas de petróleo no mundo. Sabemos, também, que o Iraque possui a segunda maior reserva de petróleo do mundo. De outro lado, os EUA, maior consumidor de combustíveis fósseis, tem um déficit de mais de 50% de petróleo para consumo interno. Isto revela a estratégia geopolítica de dominação norte-americana para a região do golfo pérsico. Por isso, a guerra contra o Iraque é inaceitável.

Os neoconservadores que comandam os EUA tem claro que a luta deste século é pelo controle dos recursos naturais que são esgotáveis. Sendo que eles próprios são os que mais utilizam e também poluem o meio ambiente.

O desequilíbrio mundial do uso deste recurso natural está sendo tema do Fórum Mundial da Água, em Kyoto, no Japão. Onde o mundo inteiro se une em res-

posta aos desafios deste século: garantir água potável a todos os seres do planeta. Estarmos acompanhando os resultados deste grande debate promovido pela ONU e em seguida iremos encaminhar a sociedade uma campanha de conscientização do uso ambientalmente correto da água no cotidiano das pessoas.

Além disso, estamos encaminhando para discussão neste parlamento, o projeto de lei que regulamenta o controle da qualidade da água para abastecimento humano. Este projeto de lei está sendo discutido em conjunto com vários setores da sociedade civil, tem a participação de importantes entidades como o IDEC (Instituto de Defesa do Consumidor), o Ministério Público do Meio Ambiente do Paraná, o CREA (Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura do Paraná), o IEP (Instituto de Engenharia do Paraná) além da Universidade Federal do Paraná e demais entidades do Estado.

O princípio que norteia esta discussão no nosso mandato é que a água potável é um bem público universal e a mística da água repousa principalmente na defesa da vida. Neste sentido devemos cuidar deste tema como princípio da nossa própria existência e dos seres vivos do planeta. Do ponto de vista institucional a água não pode ser privatizada, embora recentemente estivemos em mãos de companhias privadas francesas. Por isso a recente iniciativa do governador Roberto Requião de retomar para controle público a Sanepar aponta que há sintonia em torno do princípio de bem público universal.

Com esse caráter é que a sociedade civil e o governo, agora em sintonia podem andar em parceria para gerir a água potável e que poderemos dar sinais ao mundo em crise que o caminho da sustentabilidade pode ser construído a partir da experiência local.

Se existe crise de água potável é fruto da mão humana. Do ponto de vista qualitativo pela contaminação e poluição dos mananciais e de outro lado numa escassez quantitativa com a eliminação dos próprios mananciais!

Neste mundo em guerra precisamos urgentemente de soluções para retomar a paz. Que a discussão de Kyoto, do Fórum Mundial da Água nos inunde de lucidez para os rumos do nosso Estado e país”.

Meus caros deputados e deputadas, gostaria de pedir o apoio desta Casa para essa campanha de esclarecimento público que estamos iniciando, para a preservação dos mananciais de água como um bem fundamental para vida. Como também o apoio para o projeto de lei de controle público da qualidade da água que estamos re-presentando nesta Casa. Quando houver a discussão, gostaríamos de ter a contribuição de todos os parlamentares, para que o projeto se torne lei, que tenha sentido prático e que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida do povo do Paraná.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Deputado Jocelito Canto com a palavra no Pequeno Expediente.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Mais uma vez usamos a tribuna para fazer aqui um agradecimento ao presidente da Paraná Esportes, Ricardo Gomide. De forma moderna, dinâmica e transparente esteve na Região dos Campos Gerais conversando com os prefeitos e secretários. Discutimos vários assuntos ligados ao esporte do Paraná. Quero aqui fazer um agradecimento em nome de todos os secretários, prefeitos e vereadores de Campos Gerais.

Ao mesmo tempo queremos comunicar esta Casa que vamos entrar com um projeto nos próximos dias e gostaríamos da aprovação de todos. Vamos entrar com um projeto regulamentando os Jogos Abertos do Paraná. Entendemos que os Jogos Abertos têm que parar com aquela competição onde jogadores são importados de outros Estados para participar dos jogos aqui a cada ano. Ponta Grossa mesmo foi campeã cinco vezes trazendo jogadores de outros Estados que nada tinham a ver com a cidade.

A todo instante vemos atletas vindo de outros estados, especialistas em certas áreas, na fase final e jogam por aquela cidade e acabam fazendo a diferença. Com isso acaba não incentivando os atletas que são da cidade de origem.

Vou estar com um projeto aqui nesta Casa e pretendo solicitar o apoio dos senhores e abrindo debate para que possamos ter no Jogos Abertos do Paraná, jogadores e atletas que são da cidade e que estão morando há mais de um ano na cidade.

Com isso, vamos fortalecer os jogos, vamos dar mais oportunidades aos nossos atletas e, ao mesmo tempo, vamos criar uma competição mais acirrada entre os nossos atletas do Estado do Paraná.

É um projeto que regulamenta e proíbe a prática do profissionalismo nos Jogos Abertos. Dará oportunidade de cada cidade treinar seus próprios atletas durante o ano, se preparando, aí sim, em condições iguais, disputar a fase final dos Jogos Abertos.

Quero pedir o apoio, porque é de fundamental importância para todos atletas jovens do Paraná.

E por fim, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, a Gazeta do Povo de hoje diz: “Ponta Grossa quer exportar presos, a falta de espaço para alojar detentos em cadeia pública leva a Polícia evitar prisões.” Vejam que manchete constrangedora do ponto de vista da segurança!

A polícia diz que evita prender porque não tem onde colocar. Nós ficamos assustados quando abrimos, hoje, a página cinco da Gazeta do Povo e vimos a polícia dizer que não mais vai fazer batidas e arrastões, porque não tem onde colocar os presos que são detidos nessas blitz.

Por isso, senhor presidente, senhores deputados, mais uma vez reitero aqui, a necessidade, meu caro líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, do governador, imediatamente, não deixar para amanhã, mas fazer hoje achar uma solução para a penitenciária de Ponta Grossa.

Temos na região um grande número de cadeias que estão superlotadas, e enquanto isso a penitenciária está fechada em Ponta Grossa. Mais uma vez, como alerta, quero destacar aqui, que é lamentável abrirmos o jornal e ver que a Gazeta do Povo diz que a polícia evita prender alguém porque não tem onde colocar.

Então gostaria de, mais uma vez, deixar esse alerta, porque a cada dia que passa pior fica e estamos vivendo uma situação bastante difícil, e a qualquer momento pode acontecer em Ponta Grossa algo terrível como já aconteceu, onde já morreu, inclusive, um sargento da Polícia Militar, vítima de uma rebelião.

Quero fazer esse alerta para que depois não digam que nós, os representantes do povo, não cobramos. Estamos cobrando aqui, que o governador ache uma solução para a penitenciária de Ponta Grossa, pois sabemos que ele tem capacidade para isso. Que possa ser resolvido esse caso e que ao abrirmos o jornal não nos deparemos com notícias como essa de que a polícia evita de fazer batidas porque não tem onde colocar os presos. Quem perde com isso? É a sociedade, é o povo que fica preocupado com essa situação.

Fica esse alerta.

Muito obrigado senhor presidente! Muito obrigado, senhores deputados!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao senhor deputado André Vargas.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, paranaenses aqui presentes.

Subo a esta tribuna, no sentido de dar continuidade aos raciocínios aqui apostos na área da segurança pública.

Em Londrina nós vivemos, como de resto, em muitas cidades e regiões metropolitanas deste país, uma situação de insegurança.

Mas lá, deputado Dobrandino, além da circunstância da ausência de pessoal do efetivo policial à disposição da segurança comunitária, segurança pública, em função da prestação de serviços em presídios e outras áreas, também tínhamos um problema que é um problema que deve ser sanado pelo governo do Estado, da aquisição no passado de inúmeras viaturas da Renault, o famoso Scenic, que não é exatamente o carro adequado para esse serviço. Estavam vinte e sete viaturas, senhor deputado Bradock, sem o devido conserto, há mais de quatro meses.

Feito o levantamento e apresentado o problema, o governador rapidamente encaminhou à Londrina o seu secretário especial, Dr. Daniel Godoy, que de forma muito ágil também discutiu com a comunidade outros problemas da área de segurança, mas já adequou o conserto dessas viaturas. Pasmem, companheiros e companheiras: cada conserto dessas viaturas, custa no mínimo

duas vezes mais na concessionária da Renault do que no mercado comum.

Portanto, o projeto que o deputado Hermas Brandão apresenta, possibilitando a aquisição de veículos de qualquer concessionária, supera esse problema para a frente. Mas, o governo, herdando um problema do passado, onde se adquiriu equipamentos inadequados para a segurança pública, com custos de manutenção que extrapolam muito o mercado, sem dúvida nenhum prestou um serviço à cidade de Londrina.

Dr. Daniel Godoy lá esteve, discutiu com a comunidade num Fórum Metropolitano de Segurança, deputado Barbosa, demonstrando que o governador está sensível aos reclamos advindos deste parlamento e do parlamento da nossa cidade de Londrina. Portanto, a área da segurança pública, mesmo que com herança deveras perversa advinda do governo anterior, vem sendo enfrentada, sim, pelo governo atual.

Há de se mudar o modelo; há de se mudar a forma do debate sobre segurança pública; há de se enfrentar, como conversava há pouco com o deputado Dobrandino. Há que se vincular políticas públicas na área social, como a política de segurança pública, porque um investimento na criança, no adolescente, no município, educando e encaminhando para a vida digna, é também investimento em segurança pública. Mas, integrando esses investimentos às políticas de geração de emprego e renda e também a geração de uma segurança pública cidadã, é a equação que Londrina precisa, Foz do Iguaçu precisa, que Cascavel precisa, que todas as cidades e regiões metropolitanas deste País demandam. Porque o ser humano que é tratado como bicho, reage como bicho; o ser humano que é tratado como gente, é possível haver a cobrança do seu comportamento de forma mais adequada.

Por isso, deputado Bradock, V. Exa. que é especialista na área, deve estar sintonizado com essa nova vontade do governo de, havendo queixas, havendo demandas a serem resolvidas, que o governador faça como fez, delegando ao seu secretariado a solução ou o encaminhamento dessa solução. Londrina ficou oito anos abandonada pelo governo Fernando Henrique e pelo governo Lerner e a esperança e a certeza que nós temos e os sinais ouvidos, é de que isso terminou. O começo é adequado e a avaliação em Londrina é positiva. Compete aos deputados da região fazer as críticas quando necessário, mas também apoiar e elogiar quando a medida for adequada.

Seremos companheiros do governador na implementação de uma política pública de segurança cidadã!

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Horário destinado ao deputado Luciano Ducci.

Concedo-lhe cinco minutos.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados.

É com muita indignação que, como funcionário público de carreira já há mais de quinze anos, que pela primeira vez na minha vida me defronto com uma situação nunca antes vista e nunca tendo compartilhado com companheiros funcionários públicos. Os funcionários públicos do Cemepar, da Central de Medicamentos do Paraná, trouxeram a este deputado a informação de que há uma semana vêm sendo revistados na saída do seu serviço. Na saída do Cemepar estão sendo revistados sem nenhum tipo de justificativa. Isso causa uma extrema indignação, é uma invasão de privacidade, é um abuso que vem acontecendo com esses funcionários de carreiras que há muitos anos trabalham no Cemepar e que, se houver alguma motivação, alguma situação clara para esse tipo de revista, se for suspeita de furto, suspeita de desvio, têm encaminhamentos claros a serem feitos.

São encaminhamentos com a polícia, com denúncia ou abertura de sindicância, de processo administrativo, mas o simples fato de se revistar sem o funcionário saber o motivo, tendo que descer do seu carro e abrir o porta-malas para que a segurança verifique se tem alguma coisa diferente dos pertences pessoais no porta-malas do carro, acho que é uma situação grave a ser denunciada e a ser esclarecida pela Secretaria de Estado da Saúde.

Acredito até, pelo fato de muitos diretores da Secretaria não serem funcionários públicos de carreira, muitos funcionários vieram agora da iniciativa privada para ocupar postos na administração pública sem o conhecimento do funcionamento de todo o Sistema Único de Saúde, talvez tenha levado a esse tipo de situação por desconhecimento do processo administrativo legal que todo Órgão Público deve estar submetido.

Também, aproveitar este momento que enquanto acontece esse tipo de situação no Cemepar, nós recebemos uma correspondência da Associação dos Fenilcetonúricos, no Estado do Paraná, que hoje existem 71 crianças no Paraná portadores de fenilcetonúria. Fenilcetonúria é uma doença, é um distúrbio metabólico dos aminoácidos, uma doença que é diagnosticada pelo teste do pezinho e que se tratada adequadamente com uma alimentação com baixa fenilalanina, essas crianças não vão ter problema nenhum no desenvolvimento das suas vidas. Se não tratadas adequadamente isso vai gerar um retardo mental, distúrbio neurológico grave sem nenhum tipo de recuperação *a posteriori*.

Existe um leite que é fornecido para essas crianças de forma rotineira, é uma alimentação de alto custo e é fornecida pela Secretaria de Estado da Saúde. Só que com a não-aquisição desse leite nesses primeiros meses, a entidade nos formalizou um ofício colocando a gravidade da situação e que até sexta-feira acaba esse tipo de alimentação dessas crianças. E isso cria toda uma situação de angústia, de insegurança para essas famílias que não sabem se vão ter esse leite para poder dar continuidade.

Na semana passada procuraram a Secretaria Municipal da Saúde de Curitiba, pedindo que a Secretaria os apoiasse. A Secretaria Municipal da Saúde na quinta-

feira fez uma aquisição já, porque é um produto com dispensa de licitação, já fez uma aquisição para as crianças de Curitiba, apesar de ser um produto pela Secretaria de Estado e da Saúde. Quero até ler um parágrafo do ofício da Associação: “De acordo com a lei em vigor a responsabilidade passou a ser do Governo do Estado, mas o tropeço na burocracia retarda a aquisição das fórmulas metabólicas em pauta, deixando todas essas famílias em situação desesperadora”. Isso é a mesma coisa que vem acontecendo, espero que já tenha se normalizado, na questão dos medicamentos dos transplantados, nos medicamentos de alto custo no Estado do Paraná. E não dá mais para justificar como o governo anterior não tendo comprado, e comprou, disponibilizou o estoque normal de 90 dias...

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

V. Exa. terá 05 minutos da Liderança do seu Partido.

O SR. DOUTOR LUCIANO

Então, senhores, eu acho que é uma situação que nesses três meses já daria tempo para programar a compra desse tipo de produto. Espero que até sexta-feira tenha sido resolvido sem nenhum tipo de problema para a Secretaria.

Uma outra situação que chama muito a atenção e nos últimos dias todo mundo vem acompanhando é a situação da dengue no Estado do Paraná, de uma forma muito especial a questão de Londrina. Posso dizer com toda a tranquilidade, como ex-secretário municipal da Saúde de Curitiba que o secretário municipal de Saúde de Londrina vem fazendo todos os esforços para combater a dengue em Londrina com medidas corretas, mas muitas das coisas que hoje são direcionadas para a saúde não podem ficar somente a cargo de uma Secretaria Municipal, quando nos defrontamos com uma situação como sendo a cidade no Brasil com maior número de notificações. O município contratou e paga praticamente 200 agentes de combate à dengue, vem fazendo os mutirões. Mas somente isso não é possível, há necessidade de outros órgãos entrarem juntos no combate à dengue em Londrina, porque com certeza nos próximos 60 dias vamos começar a ter uma diminuição no número de casos em Londrina. Isso é rotina.

Chega o mês de abril atinge o pico. Vem o mês de maio começa a diminuição. E chega junho se esquece. Combatemos a dengue, não temos mais dengue no Paraná. Quando chega janeiro, fevereiro, março, começa novamente o aumento do número de casos. E a situação ano que vem, se não tomarmos medidas fortes, importantes, competentes, agora, vai ser muito grave, porque a infestação já atinge um a cada oitenta e quatro habitantes, em Londrina. O ano que vem implica essas pessoas serem picadas novamente pelo mosquito, implica em outro soro tipo. Daí implica em aumento da dengue hemorrágica e uma série de outras coisas.

Então, acredito que a Secretaria de Estado da Saúde, junto com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado, junto com outros órgãos, com o apoio desta Casa, devem, em conjunto, apoiar o município de Londrina no sentido de que uma ampla força de trabalho se implantasse nesta cidade para que a gente possa naquelas áreas de exclusão social ter uma política competente para evitar a proliferação da dengue em Londrina e, por conseguinte, em todo o Estado do Paraná.

Também aproveitando o horário da Liderança nós estamos apresentando hoje um projeto de lei na Casa que dispõe sobre a redução da tarifa de energia elétrica nas residências dos portadores de oxigenoterapia domiciliar. Nós temos hoje no Estado várias pessoas que são doentes, tem doença respiratória crônica e que eles ficam praticamente em hospitais, internados para se submeter a oxigenoterapia, porque sem oxigênio essas pessoas não conseguem viver. E hoje, com técnicas novas utilizadas no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, é possível manter essas pessoas em casa sob tratamento de oxigenoterapia domiciliar paga pelo SUS sem nenhum tipo de problema.

O grande enfrentamento, o grande desafio que nós temos é que a conta da luz dessas pessoas, que são poucas, em torno de cem pessoas que nós temos no Estado do Paraná fazendo uso do oxigenoterapia domiciliar, essas pessoas tem o custo da energia elétrica muito aumentado e as pessoas de baixa condição financeira muitas vezes acabam desligando o aparelho de oxigenoterapia trazendo sérios problemas ao tratamento e à saúde, para economizar na luz, muitos abandonam o tratamento por falta de recursos financeiros.

Então, esse projeto de lei visa garantir que as pessoas cadastradas na Secretaria de Estado da Saúde, pessoas que precisam fazer a oxigenoterapia tenham uma redução da tarifa da energia elétrica para a base dos três meses anteriores ao uso da oxigenoterapia.

Então senhor presidente, queria agradecer a oportunidade que o senhor está dando usando este termo, mas pedir que encaminhe a Secretaria de Estado da Saúde, informações que o senhor deve ter como amigo que o senhor é do secretário de Estado da Saúde para que as medidas referentes ao Cemepar, principalmente, e ao leito dos fenilcetonúricos tenham sido tomadas providências urgentemente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Pastor Edson Praczyk, por cinco minutos.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK

Senhor presidente, senhores deputados, volto a esta tribuna para fazer um apelo a V. Exas. de apoio a um projeto de lei de nossa autoria que fala também sobre informática, informatização.

Este projeto tem como objetivo tornar preferencial a adoção de sistemas abertos na oferta de facilidades e na prestação de serviços públicos por meio eletrônico.

Para que os nobres pares não julguem que este projeto trata do mesmo assunto de um outro projeto também de nossa autoria e também de autoria do deputado Tadeu Veneri trocando por miúdos nós temos notado que há um esforço muito grande por parte do governo do nosso país, hoje sob a administração do PT, na pessoa do Lula, e também, no nosso Estado, na pessoa do governador Roberto Requião, no que diz respeito a adoção da plataforma livre, de distribuição livre, o software livre. Porém esses esforços conflitam-se com a prática do fornecimento de facilidade e ferramentas que facilitam o governo dar determinados acessos à população via recursos de informática. Por exemplo, estamos numa fase, deputado Marcos Isfer, em que temos a facilidade de fazermos a declaração do imposto de renda pela Internet ou pagando um software para isto, você pode fazer a sua declaração do imposto de renda.

Senhor presidente Stica, aqui o governo do Estado também nos disponibilizou, no ano passado um software muito inteligente, em que se mapeava as estradas do nosso Estado, facilitando o planejamento das viagens, a localização dos postos policiais, dos postos de gasolina e dos restaurantes. Um software muito inteligente, deputado Bradock. Mas todos esses softwares, ou seja, todos esses programas de computador, nosso líder Ângelo Vanhoni, são fornecidos para uma única plataforma, a comercial. Fica conflitante, de um lado, o governo dizendo que quer adotar o software livre, de ponta a ponta, governo federal ou estadual. Mas esse mesmo governo não se apercebeu, que seus “n” secretários e toda a sua estrutura ainda está aprisionada ao perfil, ao modelo, do software comercial. Tanto o software, deputado José Maria, para declaração de imposto de renda, como o de mapeamento do nosso Estado e de outros demais softwares que o Estado sempre nos disponibiliza, todos são única e exclusivamente para rodarem na plataforma comercial.

O nosso projeto tem como objetivo alertar ao governo do Estado, para que a partir da data e, que esse projeto se torne, deputado Valdir Rossoni, lei.

Que toda estrutura do governo, quando disponibilizar essas ferramentas, que sejam pensadas em ferramentas, com base no software livre. Nada contra disponibilizar essas ferramentas, esses programas de computação, que são dados pelo governo, para qualquer outra plataforma comercial, contanto que, primeiro, sejam gastos os esforços de se fornecer esses programas, para a plataforma livre. Com isso faltaria tempo de enumerar as vantagens, que o Estado ganharia após isso. Porque não se forçaria o usuário final, ou seja, eu, você, que usamos computador, a sermos obrigados.... ou que se tem praticado, a partir daí, o usuário final, o que usa o computador, V. Exas. eu ou o usuário doméstico, não será mais coagido, forçado a ter uma cópia do software proprietária.

rio, dentro do seu computador. O que tem ocasionado a pirataria em grande escala.

Em uma ocasião, deputado Rossoni, aqui dessa tribuna, fiz um alerta e usei como referência os computadores da Casa. E fiz, de um certo modo, um, desafio ou uma aposta questionando se todos os computadores usados, tanto dentro dos gabinetes dos deputados, como nas estruturas da Assembléia Legislativa, se todos utilizavam softwares legalizados. Porque é muito prático, hoje, você ir a uma banquinha de 1,99 e comprar um programa de computação que custa, muitas vezes, em torno de mil ou mil e quinhentos reais, por cinco, três ou um real. Às vezes, a pessoa não se apercebe que ela, além de propagar a pirataria, deputado André, está incriminando o Estado e a própria Assembléia Legislativa, ou seja lá o órgão governamental que for, e nem sempre por má intenção. Porque a política do software proprietário é que assim o faz e que tem marginalizado pessoas, instituições e países inteiros, deputado Dobrandino.

Com esse projeto de lei despertaremos no governo, no Poder Executivo Estadual, de que os recursos até então despendidos, para a criação desses programas de facilidades que o governo disponibiliza a sociedade, uma vez disponibilizados na plataforma livre, o governo se isentará de estar operando e corroborando para a propagação da pirataria e a multiplicação do software pirata.

Então, peço aos nobres pares que, uma vez protocolado este projeto e vindo para a Casa, que V. Exas. dêem o devido apoio porque será muito bom para o Estado, será muito bom para essa Casa de Leis, tanto no que diz respeito à economia que poderá gerar para o Estado, como também para tirar as pessoas que cada vez mais estão excluídas do acesso à informatização, a informática, eis que a sociedade tem excluído os menos favorecidos de recursos econômicos para adquirirem programas caríssimos de computação, que uma vez abraçando a causa soft livre poderão ser estendidos muito mais usuários para esse tipo de política de informatização.

Fica aqui o nosso apelo, presidente, o projeto já foi protocolado hoje, e em questão talvez de semana ele estará sendo apreciado pelos deputados, e eu firmo o pedido de apoio de V. Exas.

Muito obrigado pela atenção, senhor presidente, vossa benevolência também em fornecer o tempo do meu Partido e aos nobres pares aqui presentes.

O SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem)

Só para registrar a presença do vereador Eduardo Melo, da nossa querida cidade de Umuarama. Para nós é uma honra e satisfação tê-lo aqui conosco.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está registrada e agradecemos a presença do vereador Eduardo Melo.

Próximo orador inscrito, deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER

Senhor presidente, senhores componentes da Mesa, senhores deputados.

Venho a esta tribuna para trazer uma notícia, notícia que hoje pela manhã nós realizamos aqui no Plenário desta Casa, um fórum a respeito da previdência, na qual contamos com companheiros como Renato Follador, trazendo a sua contribuição, Dra. Simone Manacés, pelo Tribunal de Contas; Dr. Lineu, procurador do Estado, que trouxe a sua opinião a respeito da situação e também Dr. Reinhold Stephanes, atual secretário da Administração e ex-ministro da Previdência.

Este fórum, realizado pelo Partido Popular Socialista está sendo realizado a nível nacional, nós entendemos que devemos levar ao ministro Berzúine e ao governo Lula também posições a respeito desta reforma da Previdência que se propõe ao país nesse momento.

Entendemos que, através dessa discussão, podemos subsidiar e talvez trazer luz a esta discussão que há tantos anos se busca fazer neste país, mas tão poucos têm coragem efetiva de realizar. É o momento, é a hora de se realizar, fazer uma previdência onde o paternalismo, o corporativismo, aonde os privilégios falem mais baixo e fale mais alto a classe trabalhadora e os direitos dessa classe trabalhadora.

Da mesma forma quero fazer uma denúncia a respeito de uma empresa privada, é um plano de saúde, senhores, eu o considero há muitos anos, pois sou seu filiado já a diversos anos, mais de 10 anos, um bom plano de saúde. E recebi com surpresa a notícia, através dos principais órgãos de comunicação do Estado do Paraná, que a Unimed está rompendo seu convênio com uma clínica cardiológica da nossa cidade.

Procurei me informar das razões, do motivo desse rompimento, e descobri., deputado Vanhoni, deputado Bradock, que o rompimento é motivado pelo trabalho realizado por esta empresa cardiológica.

A forma como ela presta bons serviços encarece o plano de saúde, e para o plano de saúde que, diga-se de passagem é contumaz devedor de ISS no município de Curitiba e há pouco tempo ainda se procurava fazer alguns acordos com o município de Curitiba, esta empresa se nega a pagar pelos bons trabalhos prestados por aquela clínica cardiológica. Tenho certeza, deputado Rossoni, que o senhor e outros deputados já ouviram falar da Clínica Cardiológica do Professor Constantino Constantini. Aliás, acho que vários aqui já devem tê-la utilizado. Recebi com muita surpresa este fato da Unimed descredenciando a clínica, porque ela presta bons serviços.

Fui em busca de maiores informações, não as obtive e quando eu dizia, por inúmeras vezes, que quando se fala em privatização, no Brasil, há necessidade de se falar em agências reguladoras, está aí também a questão dos planos de saúde. Quantas e quantas vezes nós temos visto planos serem formados, planos começaram a funcionar e em determinado momento mudarem a regra do

jogo, sem dar o devido atendimento àqueles que contribuem, àqueles que pagam.

Por isso, deputado Luciano Ducci, ouvi atentamente quando V. Exa. fazia cobranças do atual secretário da Saúde, com relação à dengue, com relação a uma série de problemas. Acho que temos que cobrar da nossa Secretaria da Saúde, mas temos que cobrar também destes planos de saúde. Quero pedir também o seu apoio para isso, para que possamos levantar a voz, dentro desta Assembléia, em defesa do povo paranaense que muitas vezes fica deixado para trás e apenas se busca a cobrança pela cobrança destes planos.

Da mesma forma, quero convidar todos os deputados a participarem quarta-feira, pela manhã, de uma reunião que deverá ter início às 8h00, na Copel, com o nosso diretor jurídico, Dr. Assis Correia, para que se possa levantar, desde já, uma série de documentos que farão parte e comporão a CPI da Copel.

Quero registrar este convite a todos os deputados, para que nós, juntamente com o deputado relator, deputado Ratinho, com o deputado vice-presidente, deputado Traiano, possamos estar levantando a documentação referente a Copel.

Quero também dizer a todos, mais uma vez, da nossa indignação, indignação com esta guerra movida por um presidente que, tenho certeza, o povo americano não merece, contra um outro ditador que, também tenho certeza, o povo iraquiano não merece. Uma guerra de dois homens que neste momento deveriam ter muito mais sensatez do que colocar em risco a segurança do planeta! Admira-me muito ver o presidente de uma grande potência como é os Estados Unidos, jogando fora o prestígio, jogando fora o dinheiro do povo, o dinheiro do mundo numa guerra insana, como se fosse um xerife do velho oeste, dando prazo a alguém para sair da cidade em 24 horas, senão iriam duelar na rua principal.

Quero então manifestar aqui a nossa indignação, a nossa inconformidade com esta guerra insana travada no nosso planeta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Quero registrar a presença do Sr. Francisco Fernandes de Oliveira, secretário da Administração da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima.

Seja bem-vindo ao Paraná, secretário.

Não há oradores inscritos no Grande Expediente.

No Horário da Liderança do Governo, com a palavra o senhor deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. ÂNGELO VANHONI

Senhor presidente e senhores deputados.

Apenas para encaminhar a votação que diz respeito aos vetos que vamos discutir. Tem um veto que mereceria um pouco mais de análise por parte dos senhores deputa-

dos, no que diz respeito ao mérito da proposta, que é o veto apostado pelo governador da gestão passada o Sr. Jaime Lerner, um projeto que prevê a franquia das praças de pedágio no dia das eleições.

A legislação do processo eleitoral é de competência federal.

O Estado do Paraná poderia, de alguma forma, equacionar um programa desta natureza. estamos recomendando a manutenção do veto, porque esta medida também precisa ser melhor estudada, porque ao mesmo tempo que podemos facilitar o traslado de um eleitor de um município para o outro em função da necessidade da eleição, nós também, com esta medida, podemos estimular a evasão das pessoas de determinado município para não votar.

Então, acho que mereceria uma discussão melhor com o Tribunal Regional Eleitoral. Tivemos na Capital do Estado nas dias últimas eleições, perto de 90 a 100 mil abstenções do processo eleitoral. E a recomendação que temos é que seja mantido o veto. O projeto tem um mérito que merece ser discutido um pouco melhor. Então, sugiro ao ex-deputado Algaci Tulio, que é o autor da proposição, que entre em contato com a Liderança do Governo, para que possamos talvez mais a frente, discutir isso melhor, tanto com o TRE, quanto com a administração do Estado no que diz respeito a esta possibilidade da franquia no dia das eleições.

De resto, estamos encaminhando a votação pela manutenção dos vetos, porque os outros cinco vetos dizem respeito não ao mérito, mas a algumas medidas já tomadas pela administração pública do Estado, ou outros de competência federal e grande parte dos vetos estão apostos em função da questão da constitucionalidade. Competência do Governo do Estado em relação às matérias a serem discutidas hoje.

Então, a recomendação que temos, é pela manutenção dos vetos a expressão SIM na urna.

Era isso, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Encerrado o Expediente, passamos a Ordem do Dia.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (Pela Ordem)

Estou encaminhando um requerimento à Mesa e pediria o apoio dos demais colegas deputados, para o voto de congratulações ao Curitiba Foot Ball Club, que ontem sagrou-se campeão invicto do Paraná. E todos sabem que a minha tradição de coxa branca, como filho de um ex-presidente, que como vice-presidente deste time, foi vice-campeão brasileiro. E dizer das nossas manifestações e encaminhar nesse requerimento, o voto de congratulações ao presidente do Curitiba, Sr. Giovanni Gionédis. Um feito maravilhoso.

E me desculpem os atleticanos, que talvez sejam a maioria. Vale o time que foi campeão do Brasil e é campeão invicto do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Como bom atleticano, dou-lhe os parabéns.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Queria me associar às congratulações do deputado Anibelli ao Curitiba. E ao mesmo tempo fazer um voto de congratulações ao Paranavaí, temos aí o interior do Paraná muito bem representado. Fazia tempo que não tínhamos um time do interior disputando a final.

Então merece os cumprimentos o Paranavaí, os deputados que representam a região. E o Prudentópolis que também chegou quase junto. Se Deus quiser, daqui a dois anos Ponta Grossa volta e papa aí os da Capital.

O SR. BARBOSA NETO (Pela Ordem)

Estou no dia de hoje, também encaminhando voto de congratulações ao Londrina Esporte Clube, porque sagrou-se 3º colocado no Campeonato Paranaense, o que lhe dá o direito de também disputar a Copa do Brasil do ano que vem. Apenas para apartear: a equipe do interior, Londrina Esporte Clube, volta à cena do Campeonato Paranaense com a terceira posição.

O SR. ÂNGELO VANHONI (Pela Ordem)

Senhor presidente, senhores deputados.

Uma situação levantada pelo deputado Luciano Ducci, as três situações nos deixaram bastante preocupados.

Em relação à dengue, quero dizer que a Secretaria da Saúde já está entrando em contato com a administração pública de Londrina e o que for necessário para ajudar no combate a dengue na cidade de Londrina, o secretário de Saúde, Senhor Sílvio Fernandes vai ter todo apoio da Secretaria do Estado.

A questão da compra está sendo analisada e vai ser resolvida nos próximos dias. Uma das questões levantadas pelo secretário, é bem fundamentada. De fato aconteceu essa revista em alguns funcionários, no entanto na Secretaria da Saúde foi um ato tomado isoladamente por um chefe de setor da área lá no Cemepar e o funcionário já está conversando com o diretor e com o Secretário, pede desculpas, vão pedir desculpas aos funcionários porque essa é uma medida que não poderia ser tomada de forma alguma, foi um ato isolado de um chefe de setor da área.

Então, em nome da Secretaria e do secretário do Estado, estamos trazendo essa informação a V. Exa. que fez muito bem em alertar a Assembleia Legislativa e alertar a Secretaria de Estado da Saúde, que não tinha conhecimento dos procedimentos. É irregular, é impróprio, é inconstitucional, e é um atentado contra a liberdade - de ir e vir dos funcionários públicos.

Se alguma irregularidade acontece, seja no desvio de medicamentos seja de qualquer natureza, deve ser comunicado ao diretor superior e deve ser comunicado aos órgãos competentes que tenham a incumbência de proceder qualquer investigação, seja de ordem policial, ou seja de ordem de sindicância interna. Este procedi-

mento não foi feito, foi apenas um ato isolado de um responsável pela área e está sendo corrigido a partir de amanhã. E os funcionários receberão um pedido de desculpas por parte da administração.

Era isso, senhor presidente!

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do deputado Geraldo Cartário, devidamente apoiada, constante do expediente. **Recebida. Publique-se no Diário da Assembleia e em avulsos para conhecimento dos deputados. À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do deputado Doutor Luciano, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 422, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente, solicitando votação em bloco dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06 e 07, da Ordem do Dia da Sessão Ordinária de hoje. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 095/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 164/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras. **COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 266/2002

Curitiba, 04 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 013/2002, dessa Presidência, e de levar ao conheci-

mento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 164/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em face de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado dos Transportes de que, no Orçamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, inexistem recursos para atendimento das despesas com a pretendida estadualização de estrada e, a medida no caso acolhida, afrontaria a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 164/2001, encontra-se publicado no DA nº 012/2002, de 06/03/2002 - Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 095/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 164/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que autoriza o Poder Executivo a estadualizar a estrada municipal que liga o município de Rolândia ao município de Pitangueiras.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SÉRGIO SPADA - Relator

ITEM 02

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 097/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 287/1999, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as empresas de transporte coletivo intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 273/2002

Curitiba, 05 de julho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 123/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual,

vetei o Projeto de Lei nº 287/1999, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que “as empresas de ônibus intermunicipais e interestaduais do Estado do Paraná”, ficam obrigadas a equipar tais veículos com detector de metais.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre de pronunciamento da Secretaria de Estado dos Transportes considerando a medida contrária ao interesse público, cujos termos, por mim endossados, vão adiante transcritos.

“Sobre o assunto, o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado - DER/PR, esclarece que o sistema de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros do Estado possui cadastrados aproximadamente 32.200 pontos de seção nas 650 linhas de característica rodoviária e 91 linhas de característica metropolitana que compõem o sistema. Cada ponto de seção corresponde a um local de embarque e desembarque de passageiros, que pode estar localizado em uma rodovia municipal, em um estabelecimento comercial ou em pontos ao longo das rodovias e perímetro urbano.

Assim sendo, não obstante a importância de controles visando a segurança do usuário, a instalação desses equipamentos apenas nas rodovias municipais não resolverá o problema, em razão do grande número de pontos de embarque e desembarque e da diversidade de localização dos mesmos. Entendemos haver dificuldade na instalação dos respectivos equipamentos, prejudicando sobremaneira a operação e a fiscalização do sistema.

Em razão do exposto, sugerimos que o referido projeto de lei, não deva prosperar.”

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 287/1999, encontra-se publicado no DA nº 044/2002, de 17/04/2002 - Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 097/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 287/1999, de autoria do deputado Algaci Tulio, que obriga as Empresas de Transporte coletivo intermunicipal e interestadual do Estado do Paraná, a equipar seus ônibus com detector de metais.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 03

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 100/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 401/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que dispõe sobre inutilização de lotes de medicamentos. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 277/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 016/2002, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 401/2000, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre procedimentos para inutilização de lotes de medicamentos em razão de vencimento de validade ou de outros motivos que os viabilizem para consumo.

A negativa da sanção ao projeto de lei em referência decorre do adiante transcrito pronunciamento da Secretaria Estadual da saúde, por mim adotado como razões fundamentais deste veto:

“A Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente/Conama de nº 005/93, determina que os produtores são responsáveis pelo destino final dos medicamentos vencidos ou resíduos de medicamentos, a saber: não utilizados ou parcialmente utilizados, drogas citotóxicas, vacinas e hormônios.

Dispõe ainda que a eliminação desses medicamentos pelos produtores deverá ser realizada segundo as normas ambientais, e que a vigilância sanitária e os órgãos ambientais serão responsáveis pela fiscalização desse processo.

A Lei Estadual nº 13.039, de 11 de janeiro de 2001, determina que as indústrias farmacêuticas e as empresas de distribuição de medicamentos são responsáveis pela destinação adequada de medicamentos com prazo de validade vencido.

Desse modo, entendo que a atribuição à Secretaria de Estado da Saúde e da Fazenda de responsabilidade por todo e qualquer procedimento de inutilização de medicamentos, como propugna o projeto de lei, já está contemplada tanto na Resolução Conema como na Lei Estadual.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 401/2000, encontra-se publicado no DA nº 012/2002, de 06/03/2002 - Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 100/2002

P A R E C E R :

A presente proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 401/2000, de autoria do deputado Luiz Accorsi, que visa dispor sobre inutilização de lotes de medicamentos.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 04

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 101/2002, veto aposto ao Projeto de Lei nº 021/2001, de autoria do deputado Eli Ghellere, que autoriza o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento para capital de giro para pequenas empresas com sede no Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 280/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 002/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 021/2001, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação de linha especial de financiamento para capital de giro destinada às pequenas empresas estabelecidas no Estado do Paraná, tendo sido vetado em face de o Poder Executivo estar implantando sistema de microcrédito para atendimento da economia formal e informal e, em razão dos motivos adiante transcritos, da lavra da Secretaria de Estado da Fazenda:

“No campo das finanças públicas, a proposta sob exame se caracteriza como uma despesa nova, que se adicionará às já previstas nas Leis Orçamentárias e de Dire-

trizes Orçamentárias, bem como no Plano Plurianual, vigentes.

O texto proposto não indica a fonte de receita necessária para cobertura dessa nova despesa, limitando-se a prever que deverá haver uma doação própria em orçamento, por suplementação, caso necessário.

Ocorre que, com a edição da Lei Complementar Federal nº 101, de 04.05.2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal - não mais se faz possível a instituição de despesa pública como se pretende através do projeto epigrafoado, sob pena de inviabilizar-se sua execução.

Com efeito, deveria o projeto trazer em seu texto, ou anexo a ele, claramente, o atendimento a todos os preceitos estabelecidos na Seção I e Subseção I, do Capítulo IV - da Despesa Pública, da referida Lei Complementar, dentre os quais, exemplificadamente merecem destaques:

- estimativa do impacto orçamentário financeiro dessa nova despesa no exercício em que deve entrar em vigor e nos dois subsequentes (artigo 16, I e 17, § 1º, LC 101/2000);

- adequação da despesa com a lei orçamentária anual, com dotação específica e suficiente, que não ultrapasse os limites do exercício (artigo 16, § 1º, I, idem);

- a compatibilidade do projeto com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias (artigo 16, § 1º II, idem);

- comprovação de que a despesa que se pretende criar não afetará as metas e resultados fiscais do Estado, ou sua compensação com redução de outra despesa ou aumento de receita, em caráter permanente, em igual valor (artigo 17, § 2º, idem).

Pelo exposto, deve-se considerar que o projeto em questão, na forma como se apresenta está incompleto, não se recomendando sua tramitação legislativa, por afrontar a mencionada Lei de Responsabilidade Fiscal. Ao contrário, se aprovada em plenário, forçosamente o Exmo. Sr. governador terá o ônus do seu veto, sob a pena de, sancionando-a, infligir aos implementadores da Lei, no âmbito do Poder Executivo, a responsabilidade criminal prevista na Lei Federal nº 10.028, de 19.10.2000, que estabeleceu as sanções penais pelas infrações à Lei Complementar 101/2000".

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 021/2001 encontra-se publicado no DA nº 004/2001, de 21.02.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 101/2002

P A R E C E R :

A presente Proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 021/2001, de

autoria do deputado Eli Ghellere, que visa autorizar o Poder Executivo a criar linha especial de financiamento para capital de giro a pequenas empresas com sede no Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 05

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 102/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 663/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre franqueamento, em dias de eleição, em todos os pedágios localizados no âmbito do Estado do Paraná. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 271/2002

Curitiba, 05 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 081/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 663/2001, por julgá-lo inconstitucional, eis que versa sobre legislação de privativa competência da União, conforme preceitua o artigo 22, inciso I, da Magna Carta da Nação.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 663/2001 encontra-se publicado no DA nº 182/2001, de 04.12.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 102/2002

P A R E C E R :

A presente Proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 663/2001, de autoria do deputado Algaci Tulio, que dispõe sobre franqueamento, em dias de eleição, em todos os pedágios localizados no âmbito do Estado do Paraná.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 06

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 104/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 271/2001, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, que autoriza o Poder Executivo a instalar uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Assis Chateaubriand. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 301/2002

Curitiba, 25 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 136/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 271/2001, por julgá-lo inconstitucional porque, não tendo sido de iniciativa do Chefe do Poder Executivo, fere o artigo 66, inciso III, da referida Carta Estadual.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 271/2001 encontra-se publicado no DA nº 091/2001, de 26.06.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 104/2002

P A R E C E R :

A presente Proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 271/2001, de autoria do deputado Tiago de Amorim Novaes, que visa autorizar o Poder Executivo a instalar uma unidade do Corpo de Bombeiros no município de Assis Chateaubriand.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 105/2002, veto apostado ao Projeto de Lei nº 642/2001, de autoria do depu-

tado Ricardo Maia, que institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer. COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OFÍCIO/CTL/SEEG Nº 302/2002

Curitiba, 25 de junho de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 163/2002, dessa Presidência e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 642/2001, por ser contrário ao interesse público, em vista de sua desnecessidade porque tais objetivos, segundo pronunciamento da Secretaria de Estado da Saúde, já estão atendidos e definidos pela Portaria nº 707/88, do Ministério da Saúde.

Esse o motivo que me levou vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 642/2001 encontra-se publicado no DA nº 056/2002, de 08.05.2002, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 105/2002

P A R E C E R :

A presente Proposição-veto, oriunda do Poder Executivo, visa vetar o Projeto de Lei nº 642/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia, que institui a Semana Estadual de Prevenção e Combate ao Câncer.

Chamada esta Comissão de Constituição e Justiça a se manifestar, e por ter sido apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09.09.2002.

(aa) BASÍLIO ZANUSSI - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Em votação.

Em se tratando de votação de veto, a votação será secreta. Os deputados que desejarem votar pela manutenção do veto votarão com a expressão SIM.

Os deputados que desejarem derrubar o veto, votarão com a expressão NÃO.

Solicito ao senhor 1º secretário, deputado Dobrandino da Silva, que, por favor, faça a chamada nominal dos senhores deputados para votação.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Dobrandino da Silva**)
(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados para votação dos itens 01 a 07**)

Votaram quarenta e dois senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Quarenta e dois deputados votaram.

Convido para o escrutínio dos votos a deputada Elza Correia, também o deputado Francisco Bühner e o deputado Elton Welter.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Dobrandino da Silva**)

Senhor presidente, nove senhores deputados votaram NÃO; trinta e dois deputados votaram SIM e tivemos um voto em BRANCO.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Estão mantidos os vetos do item nº 01 ao item nº 07.

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/2003, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni e outros, que concede título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao senhor José Dirceu de Oliveira e Silva - ministro chefe da Casa Civil do governo federal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 424, de autoria do deputado Antonio Anibelli, com apoio do deputado Rafael Greca, constante do expediente. **Aprovado.**

Concedo a palavra, pela ordem, ao deputado Rafael Greca, com a gravata coxa branca.

O SR. RAFAEL GRECA (**Pela Ordem**)

Quero associar-me ao deputado, nobre líder do PMDB, nessa manifestação, dizendo que o glorioso Coritiba Foot Ball Club, pela sua tradição, ao conquistar o Campeonato Paranaense este ano, o faz de maneira invicta e o faz dentro da sua tradição de time antigo, time que fundou praticamente o futebol do Paraná. E faço isso também na condição de membro de uma das famílias fundadoras do Coritiba Foot Ball Club do Paraná, no Alto da Glória.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Em discussão. Em votação.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 402, de autoria do deputado Alexandre Curi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 405, de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 408, de autoria da deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 409, de autoria do deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 410 a 418, de autoria do deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 419, de autoria do deputado Barbosa Neto, com apoio do deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 423, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 425 e 426, de autoria do deputado André Vargas, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 427, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 428, de autoria da deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 041, 045, 048, 072, 092, 107 e 131/2002.

Levanta-se a Sessão.